



Considerações acerca da psicopolítica neoliberal

On neoliberal psychopolitics

Francisco de Paula Santana de Jesus ¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir algumas características psicológicas dos sujeitos dentro do contexto neoliberal. Para tanto, partimos de uma consideração do conceito de liberdade como mecanismo impulsionador da lógica de mercado e do alargamento da esfera privada. Como decorrência disso, buscamos salientar as formas de adoecimento psíquico próprias a esse modo de subjetivação e como elas são fomentadas dentro de um certo projeto de controle social e político.

Palavras-chave

Sujeitos. Psicopolítica. Neoliberalismo.

Abstract: The aim of this paper is to present and discuss some psychological characteristics of subjects within the neoliberal context. To do so, we start from a consideration of the concept of freedom as a driving mechanism of market logic and the enlargement of the private sphere. As a result of this, we seek to highlight the forms of psychological illness inherent to this mode of subjectivation and how they are fostered within a certain project of social and political control.

Keywords

Subjects. Psychopolitics. Neoliberalism.

O círculo vicioso da psicologia paranoica é a nossa presente realidade política.

James Hillman, *Paranoia*.

¹ Mestrando em Filosofia pelo PPGFIL-UFPA. E-mail: frank.psantanaj@gmail.com

Introdução temática

Muitas são as pesquisas que, atualmente, têm se ocupado em investigar os aspectos psicológicos do capitalismo, sobretudo em sua mais recente faceta: o neoliberalismo. Isto porque, para além de um mero sistema econômico, o capitalismo é uma racionalidade política — cujas pretensões são totalitárias, uma vez que se apresenta como *télos* do progresso civilizatório mundial. Nesse sentido, o capitalismo empreende uma modelagem subjetiva específica. Dito de outro modo, o capitalismo estabelece as condições normativas a partir das quais se organizam as formas de vida. Contudo, de acordo com Judith Butler, assim o capitalismo o faz na medida em que mobiliza poderes que “expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si” (BUTLER, 2018, p. 220). Com isso, o sistema capitalista busca definir não apenas as vidas cujo valor deve ser reconhecido como intrínseco e aquelas que não o possuem, mas também a própria forma como os sujeitos devem se posicionar perante o sofrimento — quer seja o seu, ou o alheio.

Nesse sentido, poderíamos mesmo dizer que as patologias psíquicas se apresentariam de forma distinta de acordo com a classe social em que o sujeito é enquadrado, tal como Wilhelm Reich salientou, em meados do século passado, ao identificar determinados distúrbios neuróticos como característicos “da classe média” (REICH, 2009, p. 5). Ou mesmo psicopatologias relacionadas à questão racial, como brilhantemente mostrou Frantz Fanon que a experiência das pessoas negras, numa tal estrutura social, que privilegia uma forma de vida — a de origem caucasiana — que não a sua, elicia “uma autêntica alienação” (FANON, 2008, p. 171). Os modos de subjetivação engendrados pelo capitalismo condicionam inclusive a vida afetiva dos sujeitos sob tal regime, na medida em que estimulam determinadas respostas que se processam com a mediação de afetos específicos. É o que Maria Rita Kehl, por exemplo, aponta quando trata da questão do ressentimento. Para Kehl, “o ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos dos indivíduos e dos grupos sociais no contexto das democracias modernas” (KEHL, 2020, p. 161). A ordem (neo)liberal, imposta como égide dos atuais regimes democráticos, entretece toda uma trama desde as interioridades até às interrelações sociais dando-lhes forma e conteúdo — embora, como dito acima, de maneira desigual.

Dito isto, o objetivo do presente trabalho é apontar alguns dos aspectos psicológicos do capitalismo e suas consequências na dimensão prática. Trata-se não de uma explicitação conceitual, mas de mobilizar determinados autores (as) para tratar analiticamente da questão. Evidentemente, não temos a intenção de oferecer uma análise pormenorizada — o que pretendemos é chamar atenção para os mecanismos que (re)produzem as subjetividades e, em última instância, implicam na forma como os sujeitos se posicionam politicamente. Para tanto, num primeiro momento tentaremos,

ainda que de forma breve, discutir o modo de subjetivação próprio ao neoliberalismo a partir do conceito de liberdade; em seguida, e ainda muito sucintamente, pretendemos discutir algumas das implicações práticas da psicopolítica imposta pelo capital. Nossa hipótese é que, o sujeito neoliberal está invariavelmente fadado ao adoecimento psíquico e que este é o meio privilegiado a partir do qual o capitalismo se mantém contemporaneamente.

À guisa de introdução, devemos então nos perguntar: quem é o sujeito neoliberal e sob quais condições ele se torna possível?

O sujeito neoliberal

Para compreendermos o modo de pensar característico dos sujeitos sob o regime do capital, é necessário termos em mente os dispositivos que moldam seu comportamento. Nesse sentido, o conceito de liberdade é de fundamental importância. Ao abordarem essa questão, afirmam Pereira *et al.*, que o conceito de liberdade consiste em “uma noção absolutamente central na ideologia propagandística do neoliberalismo” (2021, p. 80). Contra as formas políticas nas quais o Estado se faz presente para garantir bem-estar social com a ampliação do escopo da previdência social e regulamentando a atuação das empresas privadas, por exemplo, para garantir que uma maior quantidade de cidadãos tenha acesso a determinados direitos e serviços, a defesa neoliberal da liberdade — enquanto ausência de impedimentos, desregulamentação — procura instaurar o domínio do *indivíduo* soberano, livre não somente de coerção mas também independente de qualquer instância.

Ora, isto nada mais é do que aquilo que Byung-Chul Han denomina de *poder-poder*. Para o filósofo coreano, paradigmática da psicopolítica neoliberal é justamente a torção subjetiva a partir da qual o dever — característico das sociedades do século passado — “é substituído pelo verbo *poder* para a elevação da produtividade. O apelo à motivação, à iniciativa e ao projeto é muito mais eficiente que o chicote ou as ordens” (HAN, 2017, p. 21). Assim, o sujeito neoliberal se acredita liberado para realizar seus projetos de vida de forma deslocada das condições que objetivamente se apresentam. Não havendo quem imponha normas rígidas para homogeneizar as condutas, nem mesmo símbolos cujo significado seja reconhecido univocamente, o sujeito torna-se responsável apenas por si mesmo: torna-se um “empresário de si” e se converte em matéria e imagem a partir das quais poderá auferir lucro. Com isso, o sujeito é “reduzido à instância egoica pensada como entidade última e soberana de si” (PEREIRA ET AL, 2021, p. 82). Os laços que atam o tecido social tornam-se muito mais flexíveis sendo feitos e desfeitos ao sabor dos desejos e ações individuais. Em certa medida, o conceito de liberdade apregoado pelo capital é parte da lógica inerente aos movimentos que visam abolir os limites físicos e simbólicos estabelecidos e compartilhados. Como salienta Frank Furedi, “a perda do sentido dos limites resulta em confusão sobre como distinguir entre assuntos privados e

aqueles que são um assunto legítimo de preocupação pública” (FUREDI, 2021, p. 91). Não há mais limites para o sujeito e sua ação, pois tudo passa a ser considerado sob a perspectiva não da pessoa — o que por si só já teria como pressuposto uma dada necessidade de relações com o outro como insuperável, não reificável —, mas da personalidade. O fenômeno dos *coachs*, por exemplo, é emblemático dessa nova maneira de moldar os afetos e, conseqüentemente, de formar os sujeitos. Tudo se passa como se, uma vez de posse da “fórmula” ou da maneira correta, a livre iniciativa e uma motivação potente bastariam para alavancar o sujeito à um patamar de destaque e para a concretização das suas volições.

Nesse sentido, as narrativas pessoais de superação são fomentadas e exploradas até a exaustão como mecanismos para maximizar a defesa dessa liberdade sob o prisma do mercado. Outrossim, outras estratégias discursivas tais como a substituição de termos como “empregado” ou “funcionário” para “colaborador”, baseadas numa mínima participação nos lucros das empresas, visam reforçar os processos de motivação que tornam os sujeitos mais produtivos, mesmo que a despeito de seu próprio bem-estar. Isto porque, dentro de uma sociedade voltada para o consumo, se o sujeito acredita que o lucro da empresa também é seu, fará de tudo para aumentar seu poder de compra e, com isso, obter maior reconhecimento. É por esta razão que Han, acertadamente, afirma que “o *tu podes* exerce inclusive mais coerção do que o *tu deves*. A autocoerção é muito mais fatal do que a coerção alheias pois não é possível haver nenhuma resistência contra ela” (HAN, 2017, p. 24). Como libertar o sujeito de si mesmo e da exigência de corresponder às suas próprias aspirações? Nesse sentido, o neoliberalismo forja um tipo de sujeito que é incapaz de compreender que, em certa medida, muitos de seus desejos não são seus, pois criados para atender as demandas do mercado e, muito mais fundamentalmente, incapaz de ver que a razão de seu fracasso econômico não é ele mesmo, mas o sistema que o reproduz.

O processo histórico que possibilitou o surgimento desse tipo de sujeito é conhecido: tem início com o fim da ordem mundial bipolar, no início dos anos 1990, e conseqüentemente com uma reorganização da economia mundial gerada pela nova divisão internacional do trabalho (VISENTINI, 2015). Desde então as sociedades ocidentais, sobretudo, passaram a se orientar cada vez mais para atender ao crescente consumo focado no sujeito — algo que as novas tecnologias informacionais favoreceram enormemente. O sujeito torna-se um escravo da autoimagem que deseja construir e apresentar. Nesse sentido, o que Gilles Lipovetsky chama de “consumo emocional” é parte dessa lógica constitutiva das subjetividades que o neoliberalismo produz. Pois, afirma Lipovetsky, “quando o ato de compra, deixando de ser comandado pela preocupação conformista com o outro, passa para uma lógica desinstitucionalizada e intimidada, centrada na busca das sensações e do maior bem-estar subjetivo” (LIPOVETSKY, 2007, p. 46), a própria dinâmica social é absorvida pelo mercado e os sujeitos interagem na medida em que desejam satisfazer aspirações momentâneas. Aqui, cabe dizer que o consumo já não mais está diretamente relacionado à materialidade dos produtos, mas a

uma dimensão quase etérea de afetividade na qual o marketing promovido pelas marcas desempenha um papel fundamental. O que importa não é tanto o conteúdo objetivo, embora este ainda tenha bastante relevância, mas a experiência única e intransferível que um dado produto pode proporcionar.

Sob o signo do mercado, o sujeito neoliberal reduz tudo à esfera privada. A representação de classe se converte em afirmação de si, uma vez que é regida pelo “caráter calculável da escolha, sempre respondendo à maximização de utilidade” (PEREIRA ET AL., 2021, p. 119). O bem-estar é associado ao que se pode consumir e, com isso, atender às necessidades subjetivas motivadas pela lógica subjacente a cada vez maior individualização da sociedade. Eis a *eubíosis* neoliberal. Assim, se voltamos à questão da distribuição desigual da precariedade como ponto fulcral dos modos de subjetivação do capital, vemos as contradições estruturantes do capital. Enquanto o neoliberalismo, a partir da defesa de uma liberdade abstrata, “negativa”, elicia os sujeitos a se assenhorem de si mesmos, ao mesmo tempo, através da desregulamentação do Estado, retira as condições que viabilizam a ampliação do campo de ação de uma vasta parcela da população — sobretudo daquelas categorias historicamente marginalizadas como mulheres, negros, homossexuais, imigrantes etc. É nesse sentido que Butler, ao retomar considerações adornianas, afirma que “o imperativo moral para levar uma vida boa, com as questões reflexivas que isso engendra, pode, por vezes, parecer muito cruel e irrefletido para aqueles que vivem em condições de desesperança” (BUTLER, 2018, p. 225). Pois o neoliberalismo produz um sujeito que, dependendo de seu enquadramento social, não pode realizar os desejos que, paradoxalmente, são continuamente alimentados pela indústria da cultura. Não apenas as inevitáveis questões relacionadas à violência decorrem daí, como também — e este é um ponto que nos interessa especialmente — os transtornos de caráter psicológico, muitos deles provenientes de formas exploratórias trabalho (como a síndrome de *burnout*, por exemplo) ou do uso das redes sociais digitais (como a depressão ou questões relacionadas a baixa autoestima).

Feitas essas breves considerações acerca do modo de subjetivação próprio ao neoliberalismo, podemos então passar à nossa segunda questão norteadora deste ensaio, a saber: como o adoecimento psíquico se transformou numa forma de governar a população?

Adoecimento psíquico como projeto político

Vimos que o sujeito neoliberal é constantemente estimulado a crer em sua capacidade de agir livremente e, com isso, realizar o seu ser social. O consumo consagra as exigências impostas pelo *superego* que projeta uma imagem muitas vezes extremamente deslocada da efetividade. Assim, os transtornos psíquicos, e o sofrimento que eles comportam, são consequências quase inevitáveis para um número considerável de sujeitos que têm suas existências orientadas segundo o horizonte normativo

estabelecido pelo neoliberalismo. Como citamos acima, a depressão se encontra entre as figuras do sofrimento psíquico endêmicas às sociedades organizadas pela lógica do capitalismo financeiro. Mas como ela se apresenta? À medida em que o sujeito esbarra nos obstáculos que impedem a realização de seu ideal, que inviabilizam a maximização das vivências — seja pela hipossuficiência financeira, seja por questões étnicas ou de gênero —, compreende haver uma espécie de violação daquilo que Shaun Nichols e Jesse Printz (2010) chamam de “normas de autonomia”. A adequação, ou não, das condições objetivas do sujeito à tais normas não apenas é acompanhada de determinados afetos, com também de avaliações morais específicas. A perpetuação das experiências frustradas, a constante não realização — quer seja imaginada, ou efetiva — do seu ideal do eu, é a lógica da depressão. A depressão é uma patologia do *ego*, fundamentalmente — de um ego que não se vê refletido na sociedade em que se movimenta e projeta sua existência².

É por essa razão que Christian Dunker chama atenção para o que ele chama de “hipótese depressiva”. Se por um lado o sujeito neoliberal desconhece os limites que separam, simbólica ou concretamente, o eu da sociedade, ou o público do privado; é com o sofrimento psíquico que se dão as novas formas de controle social. Nesse sentido, Dunker afirma, devemos

entender a emergência e a dominância da hipótese depressiva como uma redescritção de nossas formas de vida de modo a evitar a hermenêutica do conflito e substituí-la por uma retórica da intensificação ou desintensificação, da potência e da impotência, em torno das frustrações do eu (DUNKER, 2021, p. 182).

Os conflitos que outrora se davam na dimensão prática, agora são produzidos no interior do próprio sujeito como forma privilegiada de controle social e político. Evidentemente, não estamos sugerindo que tenha se dado o fim dos conflitos sociais em seu caráter objetivo — o que seria absurdo e flagrantemente falso. Eles permanecem como questões prementes e que demandam soluções eficientes e sensatas. O que estamos salientando é que a introjeção dos conflitos para a própria interioridade dos sujeitos — o choque entre o exame da realidade e o ideal almejado — configura, isto sim, uma nova modalidade de interpretação na dinâmica por reconhecimento social a partir das questões e demandas dos sujeitos atomizados. Podemos mesmo dizer que as causas sociais da depressão — assim como de outras síndromes que afetam o sujeito neoliberal — são as mesmas que produzem a diferenciação valorativa entre os sujeitos, uma vez que estão imbuídas de um discurso que de alguma forma naturaliza o sofrimento e a desigualdade de sua ocorrência entre as diversas camadas da sociedade.

² Alguns estudos demonstram como, apesar das evidentes influências da dotação genética, os fatores de ordem ambiental, os hábitos e mesmo a alimentação, em suma, os elementos epigenéticos, contribuem fortemente para as alterações nos padrões fenotípicos da psiquê humana. Nesse sentido, como buscam demonstrar Dal-Farra e Prates (2004), mesmo as psicopatologias (como esquizofrenia e Alzheimer, ou ainda o transtorno bipolar) não podem ser compreendidas sem que se leve em conta fatores etários, de classe, ou mesmo gênero.

Ora, ao naturalizar o sofrimento essa retórica acaba por igualmente legitimar que alguns sujeitos invariavelmente podem e devem sofrer para que outros desfrutem plenamente da existência. Slavoj Žižek chama a isto de abolição da “proximidade do próximo”. Para o filósofo esloveno, as estratégias discursivas mobilizadas pelo neoliberalismo para tornar natural o sofrimento psíquico consistem, elas mesmas, já em sintomas de um modo de pensar adoecido. Em suas palavras, esse

esquecimento implica um gesto a que se chama negação fetichista: ‘Sei, mas não quero saber o que sei, e por isso não sei’. Sei, mas recuso-me a assumir inteiramente as consequências desse saber, pelo que posso continuar a agir como se não soubesse (ŽIŽEK, 2014, p. 54).

Trata-se, pois, de uma gestão do sofrimento que subtrai as exigências éticas de responsabilidade pelo outro e imputa ao próprio sujeito — à sua suposta incapacidade de empreender, de trazer seus projetos para o plano da materialidade — toda a carga subjetiva de seu adoecimento. Dentro dessa lógica, há mesmo uma massiva busca por explicações “científicas” para o modo de operar dos mecanismos psíquicos humanos. Nesse sentido, aponta Susan McKinnon, a psicologia evolucionista é o instrumento privilegiado dessa retórica neoliberal. Para a antropóloga estadunidense, na medida em que se reveste de uma suposta fundamentação de caráter biológico, os psicólogos evolucionistas incorrem num reducionismo que “limita os tipos de questão que podemos formular sobre a vida social humana e, portanto, os tipos de resposta que podemos obter” (MCKINNON, 2021, p. 188). Com isso, os transtornos psíquicos dos quais os sujeitos das sociedades hodiernas se acometem teriam suas causas unicamente na dotação genética herdada de seus genitores, pois a estrutura social, uma vez regida pelo *laissez faire*, estaria isenta de qualquer responsabilidade. Desse modo, não é tanto negar a evidente base biológica da existência humana e as condições sob as quais a espécie evoluiu — guardemo-nos de qualquer idealismo acerca da humanidade, portanto. O que buscamos expor é que, se a química cerebral que se dá na base dos afetos é histórica e socialmente condicionada, de modo que as formas como cada cultura e cada sujeito interpreta e responde ao seu meio são extremamente diferenciadas; o sofrimento psíquico também é proveniente de uma certa interpretação/reação às condições materiais de existência em conjunto com as normas estabelecidas. O neoliberalismo busca escamotear uma tal compreensão.

Nesse sentido, toda uma nova gramática clínica é criada, assimilada e propagandeada pela mídia e reforçada pela indústria farmacêutica para legitimar o sofrimento psíquico como a condição normal do sujeito das sociedades democráticas. O jargão repetido pela mídia “A depressão é o mal do século”, é um dos indícios disso. Para Dunker,

para o neoliberalismo o mercado é um Ouro compacto e fechado, idêntico a si mesmo em suas regras imutáveis, o Outro da depressão é composto por uma lei consistente e soberana em relação à qual só podemos nos apresentar como corpos-mercadorias, crianças amparáveis ou narcisos impotentes (DUNKER, 2021 p. 209).

O discurso em torno da depressão é um discurso conformista: foca em um sujeito do qual é subtraído o elemento histórico, encobre a estrutura exploratória e desumana das relações trabalhistas sob o regime da desregulamentação e esvazia a interioridade reduzindo a existência aos princípios do mercado. O valor da vida deixa de ser um fim em si mesmo, algo a ser reconhecido como uma obrigação ética necessária para que o *bem viver* seja pensado e realizado, e passa a ser avaliado segundo a capacidade e o mérito. É por essa razão que Han afirma que “o capitalismo absolutiza o mero viver. O *bem viver* não é seu *télos*” (HAN, 2017, p. 44). Pouco importa se o sujeito adocece: é seu desempenho e sua capacidade de produzir que não podem ser afetadas. Daí o nexos entre o mercado e a farmacologia, na medida em que é favorecida a pesquisa e produção de drogas capazes de minorar o sofrimento psíquico — sem jamais dar fim ao mesmo — e garantir que o sujeito não rompa com os elos da cadeia produtiva. Na psicopolítica neoliberal a servidão voluntária alcança sua expressão máxima com o adoecimento psíquico, ou, para usarmos de uma expressão de Nietzsche, impingindo uma “moral do adestramento”, na qual o sujeito se culpa duplamente por não atender aos padrões de produtividade e por adoecer psicologicamente.

Ora, as implicações políticas dessa nova gramática que introjeta os conflitos sociais para a esfera privada se evidenciam não apenas no crescimento dos discursos pró-austeridade, mas também numa maior expressão de atores políticos alinhados a um certo tipo de conservadorismo. O conformismo próprio à retórica da psicopolítica neoliberal viabiliza uma ingerência que não encontra (quase) nenhuma resistência: tudo deve se tornar *soft*, adequado às mesmas normas que produzem a avaliação diferencial da vida. Com isso o caráter estrutural das relações de poder é diluído numa miríade de questões menores, intimizadas — pois tudo se reduz às vivências —, que são tratadas pontualmente e jamais entendidas em sua sistematicidade.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos então fazer uma retomada e síntese do que discutimos ao longo do presente texto. Vimos que o conceito de liberdade que é assimilado e mobiliza os sujeitos sob o neoliberalismo expõe não apenas a diferença como estes são enquadrados segundo os critérios estabelecidos pelo mercado. Por outro lado, discutimos algumas das consequências psicológicas dessa maneira de modelar os sujeitos: os transtornos de caráter psíquico são sintomas não apenas de um desequilíbrio na química reguladora das funções orgânicas — a homeostase —, mas fundamentalmente de uma forma exploratória de organizar a sociedade, na qual a distribuição da precariedade se apresenta desigualmente e de certa maneira até naturalizada através de uma contaminação ideológica no discurso científico. O sofrimento psíquico é produto e lógica do neoliberalismo.

Dessa perspectiva, podemos compreender então a epígrafe com a qual escolhemos iniciar este estudo. A política, subsumida aos princípios do mercado, se transforma numa forma de gestão do sofrimento psíquico pois, antes disso, é deslocada da própria vida. Dito de outro modo, não podemos encontrar soluções para as questões que se colocam no campo prático enquanto não pudermos nos desfazer dessa forma adoecida de pensar a relação dos sujeitos com a estrutura social em que se encontram. A psicopolítica neoliberal é paranoica porque, *necessariamente*, cria uma esfera discursiva que nos desliga das relações concretas, das necessidades reais, das pessoas em seu caráter mais singularmente humano. Premente, portanto, é não apenas compreender como esse modo de subjetivação se sustenta, mas também apresentar alternativas que viabilizam relações mais sadias e autênticas.

Referências

- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performática de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- DAL-FARRA, Rossano André; PRATES, Emerson Juliano. "A psicologia frente aos novos progressos da genética humana". *Psicologia Ciência e Profissão*, 2004, 24 (1), 94-107.
- DUNKER, Christian. *A hipótese depressiva*. In SAFATLE, Vladimir; SILVA, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- FUREDI, Frank. *Why borders matter: why humanity must relearn the art of drawing boundaries*. London/New York, Routledge, 2021.
- HAN, Byung-Chul. *A agonia de Eros*. Petrópolis, Vozes, 2017.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. São Paulo, Ubu Editora, 2021.
- PRINTZ, Jesse J.; NICHOLS, Shaun. *Moral emotions*. In DORIS, John (org.). *The moral psychology handbook*. Oxford University Press, 2010.
- REICH, Wilhelm. *O caráter impulsivo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- SILVA, Daniel Pereira da et al. *Matizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade*. In SAFATLE, Vladimir; SILVA, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro, Alta Books, 2015.
- ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo.